Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Revisão por pares • Acesso aberto

Afrofuturismo e a Construção de um Futuro Ancestral: uma análise comparativa entre as experiências quilombola e capitalista

Afrofuturism and the Construction of an Ancestral Future: A Comparative Analysis between Quilombola and

El afrofuturismo y la construcción de un futuro ancestral: un análisis comparativo entre las experiencias quilombola y capitalista Capitalist Experiences

Danilo Santos **Kenia Kalyne Gomes de Almeida**

Resumo
Esse estudo teve o objetivo de proporcionar novas perspectivas ao imaginário, a partir da organização cultural, social, política e econômica das comunidades quilombolas, coletivas, e espiralares, em oposição à experiência capitalista, individualista e linear. O intuito é criar referenciais de sociedade com base nas experiências quilombolas, oferecendo elementos para elaboração de uma estrutura narrativa cinematográfica afrofuturista. Para tal, partimos da ideia do tempo espiralar, compreendendo o tempo como não linear, no qual o passado é atualizado no presente e o futuro é um retorno reconfigurado da ancestralidade, na memória, no corpo dos personagens, no espaço também não linear. Esse processo criativo se desenvolveu por meio da metodologia da contradição histórica, pretendeu-se propor uma ideia de futuro coletivo, construído a partir do princípio da diversidade, solidariedade e da reciprocidade, fundamentos básicos da relação entre as comunidades quilombolas e o meio ambiente, como contraponto aos pressupostos da sociedade capitalista.
Palavras-chave: narrativas espiraladas; protagonismo quilombola; contradição histórica; sociedade capitalista.

Abstract
This study aims to foster the imagination of a cultural, social, political, and economic organization based on the experience of quilombola communities and in opposition to the capitalist experience. The goal is to create societal references based on quilombola experiences, offering elements for the development of an Afrofuturist cinematic narrative structure. To this end, we will begin with the idea of spiraling time, understanding time as nonlinear, where the past is updated in the present and the future is a reconfigured return of ancestry, in memory, in the bodies of the characters, in the also nonlinear space. This creative process was developed based on the methodology of historical contradiction, the Manichaean comparison between experiences. Thus, we aim to develop an idea of a collective future, built on the principles of diversity, solidarity, and reciprocity—basic foundations of the relationship between quilombola communities and the environment—as a counterpoint to the assumptions of capitalist society.
Keywords: spiral narratives; quilombola protagonism; historical contradiction; capitalist society.

Resumen
Este estudio busca fomentar la imaginación de una organización cultural, social, política y económica basada en las experiencias de las comunidades quilombolas y en oposición a la experiencia capitalista. El objetivo es crear marcos sociales basados en las experiencias quilombolas, ofreciendo elementos para el desarrollo de una estructura narrativa cinematográfica afrofuturista. Para ello, partiremos de la idea del tiempo en espiral, entendiendo el tiempo como no lineal, donde el pasado se actualiza en el presente y el futuro es un retorno reconfigurado de la ascendencia, en la memoria, en los cuerpos de los personajes, en el espacio también no lineal. Este proceso creativo se

Submissão:
28 jul 2025

Aceite:
17 abr. 2026

Publicação:
10 nov. 2026

desarrolló con base en la metodología de la contradicción histórica, la comparación maniquea entre experiencias. Así, buscamos desarrollar una idea de futuro colectivo, construida sobre los principios de diversidad, solidaridad y reciprocidad —fundamentos básicos de la relación entre las comunidades quilombolas y el medio ambiente— como contrapunto a los supuestos de la sociedad capitalista.
Palabras clave: narrativas en espiral; protagonismo quilombola; contradicción histórica; sociedad capitalista.

Citação sugerida
DA SILVA, Danilo Santos; ALMEIDA, K. K. G. Afrofuturismo e a Construção de um Futuro Ancestral: uma análise comparativa entre as experiências quilombola e capitalista. Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-20, e026006, jan./dez. 2026.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

DOI: https://doi.org/10.36920/va06kx10

Introdução

O artigo teve o intuito de desenvolver uma análise comparativa entre experiências quilombolas e as dinâmicas da modernidade capitalista, buscando evidenciar tensões históricas que atravessam diferentes formas de organização social.

A partir desse contraste, propôs bases teóricas e metodológicas para a construção de uma narrativa afrofuturista de caráter distópico, orientada por perspectivas contracoloniais e voltada à elaboração de uma estrutura narrativa cinematográfica ancorada na experiência quilombola.

Partiu-se do pressuposto de que tais experiências não constituem blocos homogêneos ou essencialmente opostos, mas formas históricas de organização social que se constituem em relação, conflito e mediação, especialmente no que se refere ao uso do território, às formas de produção da vida, as suas interações com agentes internos e externos.

No campo dos estudos sobre quilombos no Brasil, autores como José Maurício Arruti (2006), Eliane O'Dwyer (2002) e Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008) demonstram que as comunidades quilombolas apresentam trajetórias diversas, marcadas por disputas territoriais, processos de regularização fundiária, inserções em políticas públicas e relações ambivalentes com dinâmicas econômicas mais amplas. Nesse sentido, a noção de "experiência quilombola" adotada neste estudo refere-se a um campo relacional heterogêneo, atravessado por continuidades e transformações históricas.

A proposta metodológica fundamentou-se no que se denomina, neste trabalho, de "contradição histórica", entendida como um procedimento analítico-comparativo que busca evidenciar tensões entre diferentes formas de organização social, tomando como eixos de comparação o território (uso coletivo e privado da terra), a produção (reprodução da vida e lógica de mercado), a temporalidade (circularidade e linearidade) e as formas de

conhecimento (situado e universalizante). Tal procedimento não opera por oposição rígida, mas por contraste analítico, permitindo identificar mediações, sobreposições e conflitos entre essas dimensões.

A partir dessa perspectiva, o artigo mobilizou a noção de tempo espiralar (Martins, 2021), compreendendo o tempo como uma dimensão não linear, na qual passado, presente e futuro coexistem e se atualizam mutuamente. Essa concepção permite deslocar a centralidade das estruturas narrativas lineares e sustenta a construção de narrativas afrofuturistas ancoradas na memória, na ancestralidade e na experiência territorial.

O objetivo central foi analisar em que medida a comparação entre diferentes formas de organização social – especialmente no contexto das relações entre território, cultura e produção da vida no mundo rural – pode contribuir para a formulação de uma estrutura narrativa que tensione modelos hegemônicos e proponha alternativas estéticas e políticas no campo do afrofuturismo.

Método

De maneira estratégica, este artigo adotou como procedimento analítico o que se denomina "contradição histórica"[1], compreendida como uma abordagem comparativa que busca evidenciar tensões entre diferentes formas de organização social, por meio da relação entre experiências quilombolas e dinâmicas da sociedade capitalista (Rüsen, 2007, 2014; Silva, 2016). Trata-se de um método qualitativo e interpretativo que opera por contraste analítico, não com o objetivo de estabelecer oposições rígidas, mas de tornar visíveis as contradições, mediações e reconfigurações históricas.

A operacionalização desse método ocorre por meio da definição de eixos comparativos, construídos com base na literatura mobilizada e nas reflexões desenvolvidas ao longo do estudo (Oliveira Neto, 2022; Tszesnioski, 2023). Neste artigo, foram definidos quatro eixos principais: (i) uso da terra, considerando as distinções entre formas coletivas e privadas de apropriação territorial; (ii) organização da produção, com foco nas tensões entre reprodução da vida e lógica de mercado; (iii) temporalidade, contrastando concepções lineares e não

[1] O conceito de contradição histórica está ligado à forma como os sujeitos constroem sentido histórico diante das tensões entre passado, presente e futuro. Dessa forma, história não é apenas uma sequência de fatos, mas um processo de interpretação orientado por problemas. Nesse contexto, a contradição histórica emerge quando há um descompasso entre expectativas normativas (valores, projetos, identidades) e as experiências concretas vividas no tempo. Ou seja, quando aquilo que se espera da realidade entra em conflito com o que efetivamente acontece, produzindo uma ruptura no sentido. Essa contradição não é apenas negativa; ela tem uma função heurística e formadora. É justamente a partir dessas tensões que os sujeitos mobilizam a consciência histórica para reinterpretar o passado, reorganizar o presente e projetar futuros possíveis. Em outras palavras, a contradição histórica atua como motor da narrativa histórica, pois exige explicação, julgamento e reorientação. Ver: Rüsen (2014).

lineares do tempo; e (iv) formas de conhecimento, articulando saberes situados e perspectivas universalizantes.

Esses eixos não foram tratados como categorias fixas ou excludentes, mas como dimensões analíticas que permitem observar relações concretas, nas quais práticas quilombolas e dinâmicas capitalistas coexistem, se tensionam e se reconfiguram historicamente. Assim, evita-se uma leitura dicotômica, reconhecendo que tais experiências se desenvolvem em permanente interação com políticas públicas, mercados e processos de regulação territorial.

Do ponto de vista teórico, o método dialoga com a perspectiva da consciência histórica proposta por Jörn Rüsen (2007; 2014), especialmente no que se refere à construção de narrativas como formas de orientação entre passado, presente e futuro. Ao mesmo tempo, incorpora contribuições de abordagens contemporâneas sobre afrofuturismo e temporalidade, que enfatizam a ancestralidade, a memória e a não linearidade do tempo como elementos estruturantes da experiência social e da criação narrativa (Martins, 2021; Tszesnioski, 2023).

A noção de tempo espiralar (Martins, 2021) foi mobilizada como elemento articulador entre análise e criação, permitindo compreender o tempo como uma dimensão simultânea, cíclica e relacional. Essa perspectiva possibilitou não só interpretar as contradições do presente, mas também projetar futuros possíveis a partir da experiência histórica quilombola, conforme sugerem as abordagens narrativas da história (Rüsen, 2007; 2014).

Por fim, a aplicação do método se desdobrou na construção de uma proposta de estrutura narrativa afrofuturista, na qual os contrastes identificados operam como base para a elaboração de marcadores narrativos – personagem, enredo, narrador, tempo e espaço. Nesse sentido, a contradição histórica não se limitou à análise, mas atuou como ferramenta de criação, permitindo traduzir tensões sociais e históricas em linguagem estética (Oliveira Neto, 2022).

Resultados

A análise comparativa entre experiências quilombolas e dinâmicas da sociedade capitalista evidenciou um conjunto de tensões que não se organizam como oposições absolutas, mas como campos relacionais marcados por diferenças, aproximações e mediações históricas.

No que se refere à dimensão cultural, as comunidades quilombolas são frequentemente associadas à diversidade de práticas e saberes, resultantes de processos históricos de interação entre diferentes matrizes sociais e étnicas (Munanga, 1995; 1996). No entanto, essa diversidade não implica ausência de conflitos ou homogeneidade interna, mas expressa formas específicas de organização social que se reconfiguram ao longo do tempo, em diálogo com contextos regionais e institucionais.

Por outro lado, dinâmicas capitalistas tendem a operar processos de padronização cultural, especialmente no contexto da mercantilização de bens simbólicos, ainda que também incorporem e ressignifiquem diferenças culturais como estratégia de expansão de mercado (Sansone, 2000).

Na dimensão territorial, observou-se que, em muitos contextos quilombolas, a terra é concebida como base coletiva de reprodução da vida, articulando dimensões econômicas, culturais e simbólicas (Santos; Keitel; Rocha, 2022). Contudo, essa forma de organização não se mantém isolada de dinâmicas externas, sendo atravessada por processos de regularização fundiária, políticas públicas e inserções diferenciadas em mercados regionais.

Em contraste, a lógica capitalista tende a privilegiar formas privadas de apropriação territorial e o uso intensivo dos recursos, orientada pela produção em escala e pela inserção em circuitos econômicos mais amplos (Oliveira, 2007).

No campo econômico, práticas quilombolas frequentemente se estruturam a partir de sistemas produtivos diversificados, como policulturas e agricultura de base familiar, que articulam produção para subsistência e, em determinados casos, para comercialização (Almeida, 2008; Altieri, 2012; Veiga, 2000).

No entanto, tais práticas coexistem com limitações estruturais, como acesso restrito a crédito, infraestrutura e mercados. Já as dinâmicas capitalistas se orientam por lógicas de maximização da produção e do lucro, frequentemente associadas à especialização produtiva e à integração em cadeias globais, o que pode gerar impactos socioambientais relevantes.

A relação com a natureza constitui outro eixo relevante de análise. Em muitos territórios quilombolas, nota-se construção de práticas que articulam uso e conservação da natureza, resultado de processos históricos de interação com os biomas onde estão situadas as comunidades quilombolas (Santos, 2015, 2023). Ainda assim, essas relações não estão isentas de pressões externas, como expansão de fronteiras agrícolas, conflitos fundiários e mudanças climáticas, que impactam diretamente essas dinâmicas.

No que se refere à temporalidade, a experiência quilombola frequentemente mobiliza concepções de tempo associadas à circularidade e à continuidade entre passado, presente e futuro (Santos, 2015; Martins, 2021). Essa perspectiva não elimina a presença de temporalidades lineares, especialmente em contextos de interação com instituições estatais e mercados, mas aponta para a coexistência de diferentes formas de organização do tempo.

Por sua vez, a lógica capitalista tende a privilegiar uma temporalidade linear, orientada por produtividade e projeção de crescimento contínuo. De modo geral, os resultados indicam que as experiências analisadas não devem ser compreendidas como sistemas isolados ou mutuamente excludentes, mas como formas de organização social que se constituem em permanente relação.

As contradições identificadas operam, portanto, não só como elementos de distinção, mas como base para a construção de uma proposta narrativa que incorpora essas tensões como princípio estruturante.

Discussão

A presente discussão propõe uma análise comparativa entre experiências quilombolas e dinâmicas da sociedade capitalista, buscando evidenciar tensões históricas capazes de sustentar a construção de uma narrativa afrofuturista. Não se trata de apreender tais experiências como blocos homogêneos ou antagônicos, mas de compreender como seus contrastes e mediações revelam limites da racionalidade capitalista, especialmente no que diz respeito à organização do tempo e da vida.

A partir da perspectiva contracolonial de Antonio Bispo dos Santos, a temporalidade deixa de ser concebida como sequência linear orientada ao progresso e passa a ser entendida como tempo da natureza, estruturado por ciclos de plantio, colheita, morte e renovação (Santos, 2015; 2023).

Essa concepção implica uma forma distinta de organização da vida, na qual o passado permanece ativo e o futuro não se projeta como ruptura, mas como continuidade. Em contraste, o tempo capitalista se funda na aceleração, na acumulação e na ruptura, o que evidencia uma tensão entre modos de existência que operam segundo lógicas distintas.

Essa tensão se aprofunda quando articulada à noção de tempo espiralar desenvolvida por Leda Maria Martins (2021), na qual passado, presente e futuro se entrelaçam em movimento contínuo de retorno e transformação. Diferentemente da linearidade aristotélica[2], que organiza a narrativa em progressão causal, a espiral evidencia a simultaneidade das temporalidades e desloca a centralidade do progresso como eixo organizador da experiência. Assim, tanto em Santos quanto em Martins, o tempo não é um recurso neutro, mas um campo de disputa que expressa diferentes formas de produzir, viver e significar o mundo.

Nesse contexto, a oralitura opera como forma de inscrição da memória no corpo e na prática, permitindo compreender os sujeitos como atravessados por múltiplas temporalidades. A memória, nesse caso, não se reduz à lembrança, mas atua como força que atualiza experiências e orienta a ação. Essa dimensão desloca a narrativa de um modelo representacional para um regime performativo, no qual o tempo se realiza no gesto, no rito e no ritmo (Martins, 2021).

[2] É um modo de organização narrativa caracterizado por: sequência temporal contínua (início → meio → fim); causalidade (os acontecimentos decorrem uns dos outros); unidade de ação (uma trama principal coerente) e progressão dramática (conflito → desenvolvimento → desfecho). Uma narrativa linear em que os eventos se encadeiam logicamente ao longo do tempo. Ver: Aristóteles (1992).

Desse modo, a articulação entre essas perspectivas permite compreender que, nos territórios quilombolas, cultura e natureza não se organizam como domínios separados, mas como dimensões interdependentes da vida social. Essa indissociabilidade aponta para formas de existência que escapam à lógica de fragmentação própria do capitalismo e abre caminho para a análise das práticas territoriais que sustentam essa relação.

Cultura e natureza nos territórios quilombolas

As bases de um futuro imaginado a partir das experiências quilombolas se desenvolvem na trajetória histórica, nos saberes ancestrais e nas formas coletivas de organização da vida (Ribeiro, 2020). Tais experiências, no entanto, não se apresentam de forma homogênea, sendo atravessadas por disputas territoriais, pressões econômicas e relações com o Estado e o mercado.

Elementos historicamente associados às práticas quilombolas continuam sendo atualizados no presente, muitas vezes sem o devido reconhecimento de sua contribuição social, cultural e ambiental (Cabral; Martins; De França, 2022).

Essas experiências tensionam processos de homogeneização cultural associados à sociedade capitalista, ao mesmo tempo que fortalecem identidades territoriais e modos próprios de relação com a natureza (Silva; Lira; Benzaquen, 2025; Munanga, 1995; 1996).

Por meio do direito coletivo, expresso na luta pela titulação das terras quilombolas, observam-se indícios relevantes de contribuição para a preservação da natureza (Escobar, 2005; Santos, 2015). O estudo do Mapbiomas indica que "[...] os territórios quilombolas perderam 4,7% da vegetação nativa, enquanto as propriedades privadas perderam aproximadamente 17% [...]" (2023, p. 01).

Com base na ancestralidade e na relação com a natureza, as experiências quilombolas produzem parâmetros distintos daqueles orientados pela lógica capitalista. Esses parâmetros se constituíram tanto nas fendas do sistema escravista quanto nas lutas posteriores por cidadania e reconhecimento territorial. Como destacam Maestri e Fiabani, "[...] o fenômeno quilombola plantou raízes em territórios que a sociedade escravista não havia ainda abraçado efetivamente [...]" (2008, p. 65).

Nesse contexto, a relação com a natureza pode ser compreendida como prática situada de uso, cultivo, proteção e compartilhamento, e não como harmonia absoluta. Essa relação permite identificar contribuições relevantes para o enfrentamento das mudanças climáticas, especialmente quando associada à preservação de vegetação nativa e aos sistemas agrícolas tradicionais (Santos, 2015; Castro, 2024a; Alma Preta, 2025).

Dessa maneira, a experiência quilombola apresenta elementos para pensar formas de desenvolvimento não reduzidas à expropriação dos recursos naturais ou à ideia de progresso linear. Em diálogo com Arturo Escobar (2005) e Santos (2015), o território pode ser compreendido como espaço de

envolvimento, reciprocidade e reprodução da vida, ainda que atravessado por conflitos e limitações.

A construção de narrativas baseadas nessas experiências permite discutir as consequências das transformações climáticas e das desigualdades ambientais. Nesse sentido, Castro (2024b, p. 03) afirma que "[...] há uma herança socioambiental preta a ser reconhecida [...]".

A relação entre cultura e natureza nos territórios quilombolas se configura como prática histórica marcada por saberes ancestrais, resistência e reprodução da vida. Ao tensionar a lógica capitalista, essas experiências oferecem bases para pensar outras formas de existência e fundamentam a produção de narrativas que articulam memória, território e conflito.

A experiência quilombola como fundamento para produção de narrativas

As comunidades quilombolas, a partir de suas vivências no continente africano e na diáspora, possibilitam a construção de narrativas transculturais e transétnicas (Munanga, 1995; 1996). Essas experiências resultam da interação entre diferentes grupos, evidenciando a capacidade histórica de construção de vínculos coletivos. Essa diversidade não se traduz em ausência de conflitos, mas expressa modos próprios de organização da vida, nos quais a disputa e a cooperação coexistem como dimensões constitutivas do território.

A partir da perspectiva de Antônio Bispo dos Santos (2015; 2023), tais dinâmicas podem ser compreendidas por meio da noção de envolvimento, entendida como prática relacional que articula sujeitos, natureza e ancestralidade em regimes de responsabilidade compartilhada.

Diferentemente das formas individualizantes que estruturam a sociedade capitalista, o envolvimento não se organiza pela separação entre indivíduo e coletivo, mas pela continuidade das relações que sustentam a vida.

No plano narrativo, essa concepção desloca a centralidade de modelos baseados na autonomia individual e na progressão linear, permitindo pensar as comunidades quilombolas como experiências que produzem outras maneiras de imaginar o mundo (Escobar, 2005; Santos, 2015; 2023).

Não se trata de idealizá-las, mas de reconhecê-las como territórios onde se elaboram práticas de existência que tensionam a lógica da propriedade, da acumulação e da fragmentação (Santos, 2015; 2023). Diante disso, a narrativa passa a operar como extensão dessas práticas, incorporando relações, conflitos e permanências como elementos constitutivos.

A compreensão do tempo, nessa perspectiva, não se reduz a uma estrutura abstrata, mas se inscreve nos ritmos da natureza e nas práticas do cotidiano. O tempo do plantio, da colheita, da festa e do luto organiza a experiência coletiva, articulando passado, presente e futuro como dimensões simultâneas da vida (Santos, 2015). Assim, a história não se apresenta como sequência de eventos superados, mas como presença ativa que orienta decisões, práticas e projeções (Rüsen, 2007; 2014).

Desse modo, a construção narrativa pode ser compreendida como prática de atualização da memória, na qual o passado não é encerrado, mas mobilizado como força que sustenta o presente e orienta o porvir. A narrativa, nesse contexto, não representa a experiência, mas participa dela, reinscrevendo sentidos e abrindo possibilidades de futuro a partir das continuidades que estruturam a vida nos territórios quilombolas.

A experiência quilombola fundamenta narrativas baseadas na memória, no território e nas relações coletivas. Ao tensionar a linearidade e o individualismo, essas narrativas evidenciam limites da lógica capitalista, abrindo espaço para discutir o caráter ilusório do progresso e da separação entre sociedade e natureza.

O processo ilusório da lógica capitalista

A sociedade capitalista tende a produzir narrativas padronizadas, orientadas por modelos culturais dominantes, que operam por meio de processos de homogeneização e apropriação cultural (Shiva, 2003; Motter, 2010). Essa dinâmica se sustenta em pressupostos monoculturais que atravessam diferentes esferas da vida social, reforçando formas de organização baseadas na padronização e na centralidade do indivíduo como unidade de referência. Ao se apresentar como universal, essa lógica oculta desigualdades históricas e naturaliza hierarquias, permitindo que a igualdade formal coexista com processos de exclusão e concentração de poder (Price, 2024).

A crítica a essa estrutura pode ser aprofundada a partir da noção de colonialidade do poder, desenvolvida por Aníbal Quijano (2005), que evidencia a persistência de classificações sociais fundadas em hierarquias raciais e econômicas. Nesse contexto, a centralidade do crescimento econômico, associada à exploração intensiva da natureza, contribui para processos simultâneos de degradação ambiental e ampliação das desigualdades (Shiva, 2003; Escobar, 2005; González de Molina *et al.*, 2021). Ainda que essas dinâmicas se manifestem de formas distintas, elas tendem a operar segundo uma lógica de expansão contínua que reforça a dissociação entre sociedade e natureza.

A lógica capitalista institui uma separação entre sociedade e natureza, tratando esta como recurso externo à vida social. Tal perspectiva sustenta formas de exploração que ignoram interdependências entre natureza e sociedade, reforçando desigualdades e processos de degradação (Shiva, 2003; Escobar, 2005).

No plano temporal, essa lógica se articula a uma concepção linear de progresso, que privilegia a ruptura em detrimento da continuidade, desvalorizando saberes ancestrais e experiências históricas situadas (Escobar, 2005). Ao projetar o futuro como superação do passado, essa perspectiva contribui para a construção de narrativas que rompem com as condições concretas de reprodução da vida, reforçando a ideia de um desenvolvimento desvinculado do território e das relações que o sustentam.

A ideia de desenvolvimento desvinculado do território sustenta-se na abstração das relações que garantem a reprodução da vida, tratando espaços como suportes neutros para a expansão econômica. Essa lógica desconsidera vínculos ecológicos e sociais, favorecendo a exploração intensiva e a padronização de modelos produtivos (Shiva, 2003; Escobar, 2005; González de Molina *et al.*, 2021).

Na perspectiva capitalista, o território é reduzido a recurso e mercadoria, subordinado à lógica da acumulação e da eficiência. Essa concepção fragmenta relações entre sujeitos, natureza e cultura, ocultando formas de vida baseadas no envolvimento e na continuidade (Motter, 2010; Santos, 2015; 2023), e limita outras possibilidades de organização social.

No plano temporal, a ênfase em uma perspectiva linear de progresso pode contribuir para a desvalorização de saberes ancestrais e experiências históricas, projetando um futuro desvinculado das condições de reprodução da vida (Escobar, 2005).

Portanto, a lógica capitalista pode ser compreendida como produtora de processos de padronização cultural, mercantilização das manifestações simbólicas e imposição de modelos econômicos excludentes. Esses elementos constituem não só objeto de crítica, mas também base para a construção de narrativas afrofuturistas que problematizam os limites desse modelo.

Síntese analítica: território, produção, tempo e conhecimento em tensão

A análise evidencia que os quatro eixos aqui abordados – uso da terra, organização da produção, temporalidade e formas de conhecimento – operam de maneira interdependente e revelam contrastes entre experiências quilombolas e a racionalidade capitalista. No uso da terra, a distinção entre formas coletivas e privadas não se limita à propriedade, mas expressa modos distintos de relação com o território: enquanto a lógica capitalista o reduz a recurso, as práticas quilombolas o constituem como espaço de vida, memória e continuidade (Santos, 2015; 2023; Escobar, 2005).

Essa diferença se materializa em práticas como o uso comum da terra, a circulação de saberes e o manejo compartilhado, que vinculam o território à reprodução da vida. Em contraste, a propriedade privada promove a fragmentação e a especialização do espaço, subordinando-o à valorização econômica e deslocando seus sentidos sociais e da natureza.

Essa diferença reorganiza a produção, na medida em que práticas voltadas à reprodução da vida se contrapõem à lógica de mercado, orientada pela acumulação e pela expansão (Shiva, 2003; González de Molina *et al.*, 2021). A organização da produção, nesse contexto, articula trabalho, território e temporalidade, priorizando a suficiência e a continuidade. Já a lógica de mercado opera por intensificação produtiva e especialização, orientando práticas que tendem à ruptura dos ciclos da natureza e à dependência de

circuitos externos de insumo e consumo, o que reforça a separação entre produção econômica e reprodução da vida.

No plano da temporalidade, esse deslocamento se expressa no contraste entre a linearidade do progresso e as formas não lineares de organização do tempo, como o tempo espiralar e os ritmos da vida territorial (Martins, 2021; Santos, 2015; 2023). Essa diferença temporal redefine também a relação com a história e o futuro: enquanto a linearidade projeta o desenvolvimento como superação do passado, as temporalidades não lineares operam por atualização e permanência, permitindo que experiências históricas orientem decisões presentes e sustentem formas contínuas de organização da vida.

Essa diferença temporal incide diretamente sobre os modos de conhecimento: enquanto perspectivas universalizantes operam por abstração e padronização, saberes situados emergem da experiência e das práticas cotidianas (Martins, 2003; 2021; Quijano, 2005). As formas de conhecimento derivadas dessas experiências não se estruturam pela separação entre sujeito e objeto, mas pela relação entre prática, memória e território. Esse modo de produzir conhecimento desafia modelos universalizantes ao afirmar saberes situados como maneiras legítimas de interpretação e intervenção no mundo.

Desse modo, os quatro eixos não só se articulam, mas evidenciam um limite da lógica capitalista: a separação entre território, tempo e vida. Ao deslocar essa separação, as experiências quilombolas indicam formas de organização que rearticulam essas dimensões como parte de um mesmo processo de existência, tensionando a ideia de desenvolvimento baseada na fragmentação, na acumulação e na abstração das relações que sustentam a vida.

Nesse contexto, o afrofuturismo é mobilizado não apenas como estética narrativa, mas como horizonte analítico e político que permite reconfigurar a relação entre tempo, memória e futuro. Ao incorporar elementos da ancestralidade e da experiência histórica quilombola, o afrofuturismo possibilita projetar futuros que não se orientam exclusivamente pela lógica do progresso linear, mas por formas de continuidade e reinvenção do passado (Tszesnioski, 2023).

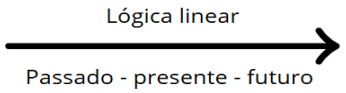
Desse modo, a proposta de construção de uma narrativa afrofuturista, fundamentada na experiência quilombola, não se limita à oposição entre modelos sociais, mas se constitui como um exercício de tradução das tensões históricas em linguagem estética. Os marcadores narrativos – personagem, enredo, narrador, tempo e espaço – emergem, assim, como dispositivos que incorporam essas contradições, permitindo a elaboração de estruturas narrativas que tensionam modelos hegemônicos e ampliam as possibilidades de representação.

Sequência didática para uma narrativa afrofuturista

Aqui, é apresentada uma possível estrutura narrativa baseada na metodologia de contradição histórica, que vem sendo empregada no decorrer deste artigo. Para tanto, foca-se em cinco marcadores/constituintes da narrativa: personagem, enredo, narrador, tempo, espaço.

A partir da perspectiva afrofuturista espiralar, compreende-se o passado, presente e futuro como formas não lineares. Na estrutura capitalista, pode-se imaginar o percurso que leva a um fim e a uma conclusão, tanto com relação aos personagens quanto ao próprio tempo da diegese.

Figura 1 – Representação da Experiência Capitalista



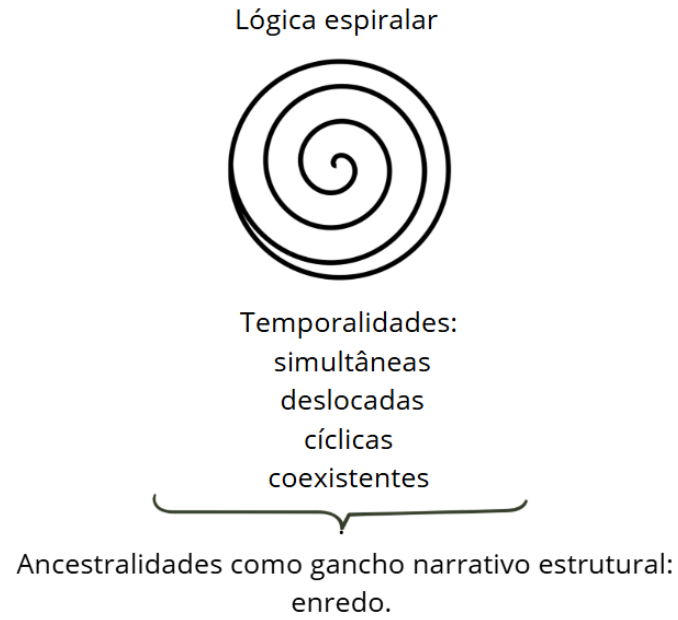
Fonte: Elaborada pelos autores, 2025.

Pensando numa estrutura em que a ancestralidade figura como gancho para uma concepção de enredo, tem-se a possível organização espiralar estruturada a partir das temporalidades simultâneas, deslocadas, cíclicas e coexistentes (Martins, 2021; Santos, 2023).

Nesse sentido, o que movimenta essa proposta de estrutura narrativa é o processo histórico e político pelo qual o Brasil e outras diásporas foram marcadas, se distanciando de uma essência única, a partir da ideia do processo de transculturação e da lógica dominação-resistência (Rüsen, 2007; 2014).

A existência de estruturas narrativas diaspóricas está na consciência de que não somos uma nação esteticamente africana, mas transcultural e transétnica (Munanga, 1995; 1996), e que as zonas de interações simbólicas, de alianças entre corpos e sujeitos colonizados – a exemplo dos indígenas e dos africanos escravizados – geram identidades que autorizam outras formas de narrativas: são, de fato, a recuperação de tradições silenciadas e invisibilizadas historicamente (Martins, 2021).

Figura 2 – Representação da Experiência Quilombola



Fonte: Elaborada pelos autores, 2025.

Não são, portanto, novos arranjos narrativos, são arranjos que, após a fratura causada pelo processo de colonização e exploração de corpos e de territórios, seguem a lógica circular quilombola: benefício-proteção-conservação.

Esses arranjos não se configuram como formulações recentes, podendo ser compreendidos como continuidades históricas que persistem –ainda que tensionadas – diante das rupturas impostas pela colonização e pela expansão de racionalidades econômicas externas. A chamada lógica circular quilombola, aqui tomada como categoria analítica construída a partir da observação empírica e do diálogo com a literatura sobre territorialidade, refere-se a um modo de organização das práticas territoriais que articula benefício, proteção e conservação como dimensões interdependentes.

Tal lógica emerge das práticas cotidianas de uso e permanência no território, nas quais o "benefício" envolve a reprodução social e simbólica da comunidade, a "proteção" inclui estratégias de defesa territorial e a "conservação" resulta dessas relações. Essa articulação, no entanto, não se mantém de forma homogênea nem estável, sendo atravessada por relações de poder, pressões externas e mediações institucionais que reconfiguram seus sentidos e limites. A inserção desses territórios em regimes jurídicos, políticas públicas e circuitos econômicos regionais introduz dinâmicas que, simultaneamente, podem fortalecer determinadas práticas e tensionar suas bases de sustentação.

Nesse cenário, a tríade benefício–proteção–conservação configura-se como um arranjo relacional em constante negociação, cuja forma concreta varia conforme as condições históricas e institucionais, indicando que tais práticas não operam à margem do sistema dominante, mas em permanente interação com ele.

Desse modo, esses arranjos expressam uma forma específica de organização territorial que resiste e se adapta às pressões externas, sem se dissociar completamente delas. Essa leitura evita tanto a romantização das práticas quilombolas quanto sua redução a categorias externas, ao mesmo tempo que sustenta a necessidade de compreendê-las a partir de suas próprias dinâmicas e contradições.

Essa lógica é um modo de existir e, consequentemente, de narrativa que foge da linearidade eurocentrada e coloca as vidas – dadas aqui como os seres, o território e o coletivo – como centro da experiência que se contrapõe à ideia de progresso e de exploração como jornada e redenção. A partir dessa lógica, propõe-se refletir os marcadores clássicos da narrativa – personagem, enredo, narrador, tempo e espaço – de modo coerente com a cosmologia quilombola e a herança afro-indígena.

Estrutura proposta

Assim, o personagem, aquele que faz a ação avançar, não necessariamente é o herói individual. Ele pode se materializar a partir de vários protagonistas e personagens que dão continuidade às camadas da ancestralidade. Contrapondo a uma lógica de jornada individual – do Herói –, esse sujeito da narrativa é uma espécie de entidade coletiva, entidade ancestral e/ou territorializada. A partir da ideia de oralitura (Martins, 2003), o próprio corpo do personagem se inscreve em tela com base na inscrição da memória nos corpos, nos gestos, nos ritos e nas performances. Os corpos se inscrevem em camadas de memórias. Mesmo na hipótese da ausência do corpo físico em tela.

Já o enredo dialoga com a lógica quilombola a partir do que já foi dito: uma estrutura circular. Tal estrutura é espiralada e/ou rítmica. Mesmo que evoque uma possível ideia de linearidade aristotélica como estratégia do contar, o foco não está em começo-meio-fim, mas em temporalidades e acontecimentos que se repetem, se acumulam e se transmutam. Essa estrutura instaura um tempo que retorna e se reinventa. Nessa perspectiva, a narrativa pode se mover como uma roda de conversa em que um interage com o outro, costura as memórias, e se ajuda no desenho narrativo.

Também pode-se usar como exemplo a dança de roda que em circularidade se organiza nesse sem fim. Santos (2023) compreende os povos quilombolas como povos da circularidade, nos quais o tempo se organiza sem início ou fim fixos, estruturado por continuidades.

Nesse sentido, é uma espécie de estrutura – de experiência de vida e de corpo – que desnorteia conceitos e modos de ver dos colonizadores que não se reconhecem na narrativa, já que estão acostumados à linearidade. Ora, se há fraturas nos modos de existências, essas fraturas estão impregnadas nos corpos inscritos em tela e, logo, em possíveis enredos com tempos sobrepostos, com antecipação de futuros e enunciações de passados e presentes.

Caso o coletivo esteja desenvolvendo o roteiro e deseje trazer o enfoque em narradores outros, o narrador pode ser o sujeito da narrativa consciente, entidade ou um coletivo de vozes. Ao imaginar-se as mediações das vozes através de entidades e figuras encantadas, relaciona-se diretamente a estrutura à proteção e à memória como prática de vida.

O marcador tempo talvez seja um dos mais importantes dessa proposta didática. Ele rege os acontecimentos a partir da ideia de tempo não linear e de ancestralidades. Aqui, o tempo não é cronológico, ele se assemelha mais a um ritual organizador das oportunidades em confluências (Santos, 2023) ou marcado por ritmos naturais/espirituais (ciclo da colheita, da morte, da cura) (Eliade, 1992).

Assim como a estética de danças de roda, o tempo narrativo pode se repetir, ser simultâneo, coexistir. O processo de coexistência é marcado pela possibilidade de inscrição de passado e futuro que estão ativos no mesmo espaço narrativo. Vale ainda ressaltar que esse tempo deslocado evoca narrativas que interrompem ou expandem o tempo. Como técnica para tal, pode-se trazer a ideia de sonhos como tempo principal da narrativa e não como *flashbacks*, por exemplo, cantos e rituais que evocam tempos outros em simultaneidade.

Por fim, o espaço, seguindo a fabulação da coexistência temporal marcada pela possibilidade de inscrição de passado e futuro no mesmo espaço narrativo, não é um cenário unicamente, mas, na criação ficcional, é demarcado como território e como lugar. O espaço pode ser físico, social, espiritual, ancestral. Ele se assemelha à função de propulsor da ação, ou seja, o espaço pode ser/ter potência de personagem.

Quadro 1 – Marcadores dentro da lógica quilombola

Marcador narrativo	**Lógica quilombola**
Personagem	Sujeitos individuais e coletivos. Foco na ancestralidade como propulsora da ação; foco na memória a partir da performance.
Enredo	Estrutura circular e espiralada; retorno, repetição, continuidade.
Narrador	Narrador, entidade ou um coletivo de vozes.
Tempo	Tempo como ritual organizador das

	oportunidades em confluências. Temporalidades: simultâneas, deslocadas, cíclicas, circulares e coexistentes; sobreposição de temporalidades; tempo como ritmo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

É importante ressaltar que são apontamentos iniciais. Essa proposta foi elaborada a partir de leituras e de vivências na escrita de roteiros, tendo como base perspectivas contracoloniais e afetivas (Larrosa, 2002; Santos, 2015).

A narrativa de ficção afrofuturista desenvolveu-se contrapondo a experiência coletiva, ancestral e ecológica das comunidades quilombolas, a uma lógica individualista, linear e destrutiva do sistema capitalista, projetando um futuro em que a sabedoria ancestral e os valores comunitários orientam um novo modelo de civilização.

Considerações Finais

Quando comparamos as duas experiências, ficam nítidas duas visões de mundo totalmente distintas. Uma, baseada na narrativa plural, seguindo uma perspectiva circular e coletiva, e a outra, baseada na narrativa de progresso, seguindo uma perspectiva linear, desvalorizando a importância do passado para a construção do futuro, apropriando-se das manifestações culturais, esvaziando e expropriando o seu sentido para transformá-las em mercadoria.

A imaginação de uma organização a partir da experiência histórica quilombola apresenta-se como solução à ideia de desenvolvimento predominante no século XXI. Uma possibilidade contra o processo de degradação da natureza imposto em nome do progresso na experiência capitalista e a despeito da perspectiva de compartilhamento e envolvimento próprios das experiências quilombolas.

Apresenta, como alternativa à reciprocidade, a diversidade cultural e a organização coletiva, como contraponto ao individualismo e à mercadologização da sociedade capitalista. Uma oposição à perspectiva de tempo linear, uma ruptura com a ideia de futuro desligada da ideia de passado, como uma continuidade e uma renovação do ciclo orgânico da vida.

A experiência quilombola é colocada como base para a imaginação política e epistemológica na construção de narrativas afrofuturistas. Uma projeção de futuro por meio da experiência histórica quilombola, na tentativa de elaborar uma narrativa do porvir para além do etnocentrismo, como oposição ao modelo de sociedade capitalista.

Imaginar uma sociedade construída a partir do cuidado, da coletividade e da ancestralidade, fundamentada em bases simbólicas e concretas quilombolas, é oferecer possibilidades que servem de incentivo para a construção de um futuro em que todos possam viver bem, compartilhar, ter

seus direitos, sem privilégios, permitindo novos começos. Um bom ponto de partida para produzir uma narrativa afrofuturista.

Referências bibliográficas

ALMA PRETA. Agricultura ancestral e reparação biocultural: uma conversa com Fran Paula. **Cotidiano**, 2025. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/agricultura-ancestral-e-reparacao-biocultural-uma-conversa-com-fran-paula/. Acesso em: 5 jun. 2025.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARISTÓTELES. **Poética.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo:** antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

CABRAL, Pauliana Xavier; MARTINS, Clara Heloiza de Araújo; DE FRANÇA, Maria Samara Silva. A apropriação cultural e resistência da negritude: de artefatos à imagem negra. **Revista Vivências em Ensino de Ciências**, Recife, v. 6, n. 2, p. 01-06, 2022. DOI: https://doi.org/10.51359/2595-7597.2022.262449.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. Tese. (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, Franciléia Paula. Agricultura Quilombola: Tecnologia ancestral para o futuro dos sistemas alimentares. **Nexo Jornal, Opinião**, 2024a. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2024/07/26/agricultura-quilombola-tecnologia-ancestral-para-o-futuro-dos-sistemas-alimentares. Acesso em: 10 jun. 2025.

CASTRO, Fran Paula de. **Do racismo fundiário ao racismo ambiental**. Mídia Ninja, 20 de novembro de 2024b. Disponível em: https://midianinja.org/opiniao/do-racismo-fundiario-ao-racismo-ambiental/. Acesso em: 10 jun. 2025.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? *In*: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Colección

Sur Sur. Clacso, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina. set. 2005. p. 133-168.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel *et al*. **Introducción a la agroecología política**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2021.

BONDIA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, abril, p. 20-28, 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003.

MAESTRI, Mário; FIABANI, Adelmir. O mato, a roça e a enxada: a horticultura quilombola no Brasil escravista (séculos XVI-XIX). *In*: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história (v.1). Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Unesp. Brasília: MDA/Nead, 2008. p. 63-83.

MAPBIOMAS. **Cobertura da vegetação nativa nos territórios quilombolas no Brasil**. Coleção 8. Publicado em 2023.

MARTINS, Leda Maria. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, n. 26, p. 63-81, 2003. DOI: https://doi.org/10.5902/2176148511881.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar:** poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOTTER, Adriana Fátima Canova. Monocultura da eficiência capitalista. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 107, 2010, p. 95-102. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9327. Acesso em: 27 jun. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. São Paulo, **Rev. USP**, v. 28, p. 56-63, dez./fev., 1995/1996.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terras de quilombo**. Rio de Janeiro: ABA/Contra Capa, 2002

.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de**. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

OLIVEIRA NETO, Pedro Fortunato de. **A distopia na literatura brasileira do século XX**. 2022. 362 f. Tese (Doutorado em Linguística e Literatura) –Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

PRICE, Richard. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. **Afro-Ásia**, n. 23, p. 241-265, 2000. DOI: 10.9771/aa.v0i23.20986.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RIBEIRO, Katiúscia. **O futuro é ancestral**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2020.

RÜSEN, Jörn. **História viva.** Teoria da História III**:** formas e funções do conhecimento histórico. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido:** orientação entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SANSONE, Livio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil. **Artigos Mana**, v. 6, n. 1, abr. 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-93132000000100004.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos** – modos e significados. Brasília: UNB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Piseagrama/Ubu, 2023.

SANTOS, Denise Tatiane Girardon dos; KEITEL Ângela Simone Pires; ROCHA Maria Luiza Vargas. Os territórios quilombolas como espaços de construção e preservação da identidade: um estudo na comunidade quilombola de Júlio Borges. RS. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 9, p. 01-31, 2022. DOI: https://doi.org/10.19092/reed.v9.725.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Danilo Santos; LIRA, Wagner Lins; BENZAQUEN, Júlia Figueredo. Além da natureza puramente ambiental e física: é possível pensar em justiça climática sem justiça racial? **ARACÊ**, v. 6, p. 32782–32792, 2025. DOI: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5931.

SILVA, Danilo Santos da. **História e protagonismo negro:** africanidade, cultura histórica e ensino de história na trajetória de Abdias Nascimento (1944-1999). 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

TSZESNIOSKI, Roberta Reis Bahia. **Afrofuturismo:** temporalidade, ancestralidade e tecnologia na construção de subjetividades negras. 2023. Tese – Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2023.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

Danilo Santos da Silva
Danilo Santos da Silva possui Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (2012) e Mestrado em História também pela Universidade Federal da Paraíba (2016). Atualmente é doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, desenvolvendo a pesquisa "Autorreconhecimento e Autogestão Quilombola no Agreste Paraibano: uma abordagem contracolonial para o envolvimento territorial afrocentrado". Professor, pesquisador colaborador do NEABI/UFPB e ativista do Movimento Negro. Também é coordenador das áreas do PBAQ e Socioambiental Assessoria Técnica Independente - ASPERQD. Trabalha com ensino, pesquisa e extensão, com ênfase em História e cultura histórica. Atuando principalmente, a partir dos seguintes temas: protagonismo negro, epistemologia negra, cultura histórica, ensino história, Direitos Humanos, desenvolvimento sustentável, genocídio da população negra, Lei 10639/2003. Desenvolve pesquisas no campo do desenvolvimento sustentável por desenvolvimento territorial. É idealizador da Mocambagem Consultoria, uma iniciativa de assessoramento a povos e comunidades tradicionais.
E-mail: danilonegrovida@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7279223188554555
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1601-2715

Kenia Kalyne Gomes de Almeida
Kalyne Almeida é diretora, roteirista e pesquisadora. Professora de Comunicação e de Audiovisual (UFRN). Doutora em Estudos da Mídia (UFRN), desenvolve o conceito de Cinema de Lugar, com foco em narrativas oriundas de espaços tradicionais a partir das afetividades. Mestre em Literatura e Interculturalidade (UEPB) e graduada em Comunicação (UFPB). Dirigiu sete curtas e um longa-metragem, Aponta pra fé – ou todas as músicas da minha vida (2020), e produziu mais de vinte projetos audiovisuais. É produtora executiva na empresa Grão de Cinema. Atua com produção cultural, curadorias e formação em cinema e linguagens audiovisuais, com ênfase em estéticas negras, decoloniais e afrodiaspóricas. Em seus trabalhos, prioriza narrativas de lugar e decoloniais, de mulheres, antirracistas e latino-americanas.
E-mail: kalyne.almeida.comunica@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1173481688973169
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0791-9653

Financiamento: Não se aplica
Crédito de autoria (CRediT): Os autores: Conceitualização, Metodologia, Produção de dados, Análise e Interpretação, Escrita e Revisão.
Conflito de interesse: Não se aplica
CAAE: Não se aplica
Declaração de uso de IAG: O artigo não contou com auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG).